

Economia Política Internacional

Análise estratégica

n. 7 – outubro a dezembro de 2005

ISSN 1808-298X

Publicação Trimestral do

**Centro de Estudos de Relações
Econômicas Internacionais - CERi**



SUMÁRIO

EDITORIAL

Os impactos da China, Índia e Rússia na Economia Mundial <i>Marcos Antonio Macedo Cintra</i> <i>Adriana Nunes Ferreira</i>	1
Mudanças estruturais e crise de liderança no Sistema Mundial <i>José Luís Fiori</i>	5
O novo regime cambial chinês e a diplomacia do “Yuan fraco” <i>André Moreira Cunha</i> <i>André Martins Biancareli</i>	12
China: uma inserção externa diferenciada <i>Luciana Acioly</i>	24
Reformas econômicas na Índia: discurso e processo <i>Sebastião Velasco</i>	32
Questões em discussão sobre a Rússia de Putin <i>Lenina Pomeranz</i>	44
Desequilíbrios externos da economia espanhola <i>José Gilberto Scandiucci Filho</i>	50
O Novo Acordo de Basiléia e seus impactos no papel que as instituições financeiras desempenham nos ciclos econômicos <i>Paulo Henrique Costa</i>	57
As negociações em NAMA na OMC: impasses e desafios <i>Mário Ferreira Presser</i>	64

EDITORIAL

OS IMPACTOS DA CHINA, ÍNDIA E RÚSSIA NA ECONOMIA MUNDIAL

*Marcos Antonio Macedo Cintra*¹
*Adriana Nunes Ferreira*¹

As persistentes taxas de crescimento dos países continentais – conhecidos por “Bric” (Brasil, Rússia, Índia e China) – têm despertado a curiosidade dos governos, dos pesquisadores e do público em geral (o Brasil em menor grau, evidentemente). Apreende-se uma grande demanda por fontes de informações e por uma maior compreensão da dinâmica dos processos de desenvolvimento desses países. Busca-se, sobretudo, identificar os principais determinantes do desempenho exuberante da China, Índia e Rússia.

Observa-se que, em maior ou menor grau, esses países têm procurado implementar uma estratégia neomercantilista, a fim de aperfeiçoar seus parques tecnológicos e integrar suas populações. Eles adotam uma política de taxa de câmbio desvalorizada, mantendo a competitividade das suas exportações, para obter saldos comerciais expressivos e acumular reservas. No final de 2004, a China detinha 38% das reservas internacionais dos países em desenvolvimento; a Índia, 9% e; a Rússia, 7,1%.

¹ Professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Praticam também uma política monetária mais lassa, que favorece a expansão do crédito, da produção e do emprego domésticos, aproveitando o estímulo da demanda externa. A acumulação de reservas – mediante saldos comerciais elevados e não-contratação de novas dívidas – atende a demanda por liquidez em moeda forte e assegura a estabilidade da taxa de câmbio. Dessa forma, parece que a defesa da taxa de câmbio real, dos superávits em conta corrente e a acumulação de reservas elevadas tornaram-se cruciais num mundo de grande mobilidade de capitais e assimetria entre as moedas. Isso parece demonstrar que os Estados nacionais que aspiram a empreender projetos de desenvolvimento precisam reforçar a independência diante dos mercados financeiros internacionais.

Entre os países continentais da periferia do sistema econômico mundial, observa-se uma crescente aproximação entre a Rússia e a China, envolvendo posições estratégicas de fronteira, população e fonte de energia. A Índia também tem realizado movimentações diplomáticas em direção à Rússia e à China, ainda que seja difícil imaginar um bloco entre economias tão diferenciadas. O Brasil, afora ser grande, não parece ter desempenhado, até o momento, qualquer posição estratégica comum com os demais.

Entre outros temas, esse número do Boletim de *Economia Política Internacional: Análise Estratégica* do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais do Instituto de Economia da Unicamp procura trazer elementos para o debate da lógica e da dinâmica do desenvolvimento desses países continentais no início do século XXI.

JOSÉ LUÍS FIORI – *Mudanças Estruturais e Crise de Liderança no Sistema Mundial* – discute os impactos da assimilação da economia nacional da China e da Índia pelo “território econômico” do capital financeiro americano. O autor argumenta que um dos possíveis problemas dessa nova ordem seria a busca por “segurança energética” dessas novas máquinas de crescimento, que podem desencadear uma reorganização e redistribuição dos recursos disponíveis e escassos, nos vários pontos do mapa energético do mundo. Do seu ponto de vista, no campo geo-econômico e, em particular, no “mundo da energia”, está ocorrendo “uma expansão veloz da demanda e um aumento da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponível no mundo”. O autor sugere ainda que, do ponto de vista geopolítico, neste início de 2006, o sistema internacional estaria perdendo “vitalidade orgânica”, e que os Estados Unidos estariam “sem uma orientação estratégica nítida e consensual”. Isso poderia abrir espaço para mudanças na política externa de vários países que contestam ou propõem redefinir os termos da hegemonia americana, em particular na América Latina.

ANDRÉ MOREIRA CUNHA e ANDRÉ MARTINS BIANCARELI – *O Novo Regime Cambial Chinês e a Diplomacia do “Yuan Fraco* – defendem que a economia chinesa estaria ancorada em uma política externa cada vez mais ativa, que daria a base de sustentação de um maior protagonismo na arena internacional. Os autores argumentam que a racionalidade do “yuan fraco” deve ser compreendida como parte de uma estratégia de longo prazo e buscada na relação entre a gestão do valor externo da moeda nacional, os fluxos de capitais, a necessidade de manter o ritmo de crescimento acelerado e uma inserção pragmática na economia globalizada.

LUCIANA ACIOLY – *China: uma Inserção Externa Diferenciada* – examina as principais tendências dos fluxos de investimento direto externo para a China, mostrando que o ambiente institucional foi fundamental na definição do papel virtuoso exercido por esses capitais. A estratégia de inserção internacional por meio do comércio e do investimento direto contou com a criação de um ambiente propício ao crescimento. Nesse sentido, a autora mostra que a China procurou manter uma política cambial estável e favorável às exportações e estabelecer um marco regulatório para a atuação das empresas transnacionais de acordo com os objetivos da política industrial e tecnológica articuladas com a política de comércio exterior.

SEBASTIÃO VELASCO – *Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo* – discute o processo de reformas econômicas na Índia, salientando seu caráter “pragmático”, e examina a hipótese de uma eventual “emergência de um novo padrão de desenvolvimento”. Alguns dos traços cruciais desse novo modelo seriam: o papel dinâmico da produção de serviços de informática, a relevância da agricultura como fonte geradora de empregos, a solidez dos grupos econômicos privados locais e a persistência de um vasto setor empresarial estatal.

LENINA POMERANZ – *Questões em Discussão sobre a Rússia de Putin* – procura identificar as questões debatidas na “Rússia de Putin: estatização da economia russa e falta de democracia, no plano interno; e atuação relativamente independente, no plano internacional”. A autora defende que a alardeada “falta de democracia” seria uma estratégia para restabelecer o poder político central do Estado nacional. Ademais, o controle estatal do setor energético faria parte do esforço de inserção internacional da Rússia, na tentativa de desempenhar um papel de destaque no suprimento energético, no quadro da instabilidade política que marca os demais países produtores de petróleo. Seria justamente esse papel que lhe permitia uma atuação soberana no cenário político internacional, em defesa dos seus interesses nacionais.

JOSÉ GILBERTO SCANDIUCI FILHO – *Desequilíbrios Externos da Economia Espanhola* – problematiza o fato de a Espanha estar apresentando recorrentes déficits comercial e de transações correntes, analisando as possibilidades desse país apresentar uma crise de balanço de pagamentos. Para o autor, essa questão não pode ser respondida de forma imediata, há que se levar em conta que a Espanha é membro da zona do euro. Ele enfatiza que essa discussão ganha especial relevância na medida em que “coube à Espanha o papel de primeiro experimento de déficits de transações correntes em uma economia monetária completamente integrada às de seus parceiros”.

PAULO HENRIQUE COSTA – *O Novo Acordo de Basileia e seus Impactos no Papel que as Instituições Financeiras Desempenham nos Ciclos Econômicos* – argumenta que o Acordo de Basileia I não fornece mais uma medida efetiva de adequação de capital para os bancos que usam instrumentos financeiros complexos, tais como derivativos de crédito e operações de securitização. O Novo Acordo procuraria implementar uma estrutura mais sensível ao risco e apresentar incentivos para aperfeiçoar as práticas de gestão de riscos. O autor identifica, no entanto, a preocupação de que algumas novas normas bancárias possam estimular o comportamento expansivo e contracionista dos bancos, aumentando a amplitude dos ciclos econômicos.

MÁRIO FERREIRA PRESSER – *As Negociações em NAMA na OMC: Impasses e Desafios* – discute a complexidade e o acirramento das disputas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento nas negociações na Organização Mundial de Comércio. O autor defende que as “posições do governo brasileiro nas negociações sobre *Non-Agricultural Market Access* (NAMA) têm sido cautelosas, procurando preservar um adequado grau de flexibilidade para perseguir uma estratégia coerente de comércio exterior e desenvolvimento, que ainda está por ser definida”. Sugere, contudo, que o impasse nas negociações em bens agrícolas tem levado os negociadores brasileiros a oferecer informalmente concessões substanciais em NAMA e Serviços, em troca de um eventual maior acesso aos mercados agrícolas europeus. Para o autor, essa estratégia envolve riscos consideráveis, em face do acirramento das posições da União Européia.